



**ENAN  
PUR 2023**  
Belém 22 a 26 de maio



## **Racismo e Cidades Africanas e Afro-Diaspóricas**

### **Sessão 1 - Rede de Pesquisa AFROARQ**

#### **RESUMO GERAL**

A presente proposta está conectada à sessão 2 **Racismo e Cidades Africanas e Afro-diaspóricas**, apresentada pela Rede de Pesquisa AFROARQ que conecta vários/as docentes e investigadores/as brasileiros/as e africanos/as. O objetivo de nossa proposta é visibilizar as questões étnico-raciais nos os estudos africanos e afro-brasileiros nos campos da Arquitetura e do Urbanismo, destacando o legado civilizatório dos africanos e africanas no Brasil, ainda lacunar, na formação de arquitetos/as e urbanistas, na historiografia e teoria da arquitetura, no planejamento de cidades e projetos arquitetônicos. Busca tecer a relação da negritude com a edificação de arquiteturas, territórios e cidades no país, destacando os processos de segregação étnico-raciais na produção contemporânea das cidades africanas e brasileiras e a faceta racial do urbanismo na África e no Brasil. A sessão busca, ainda, dar visibilidade para outras abordagens epistemológicas para a compreensão as cidades latino americanas e destacar as formas de apropriação espaciais empreendidas pelos povos negros no continente africano e na diáspora.

Palavras-chave: Racismo; Cidades; África; Brasil; Diáspora.

#### **PALESTRA 01 - A EMERGÊNCIA DO URBANISMO EM SÃO PAULO: ORDENAMENTO TERRITORIAL E PRIVILÉGIO BRANCO**

**Profa Dra Ana Cláudia Castilho Barone (FAUUSP/Labdias)**

A prática de reservar as melhores estruturas urbanas para elites privilegiadas tem sido constante na história das civilizações. Nos tempos modernos, porém, o

planejamento urbano tem desempenhado um importante papel para manter as pessoas separadas nas cidades. Este trabalho observa o zoneamento como mecanismo moderno mais bem acabado a favor da segregação como forma de garantia de uso e apropriação privilegiada da cidade, operando como instrumento normativo de institucionalização do monopólio do acesso à terra urbana. A hipótese abordada aqui é que, nas origens do zoneamento em São Paulo, algumas táticas de coleta de dados e a criação de um método sistemático de pesquisa de uso do solo nos Estados Unidos da América eram racialmente informados e tiveram uma grande influência sobre o planejamento urbano em São Paulo. Esta hipótese baseia-se na análise de alguns resultados empíricos nas obras Harland Bartholomew, nos EUA, e sua influência no pensamento de Luiz Ignácio de Anhaia Mello no Brasil. Ambos tiveram um grande papel na construção do zoneamento como ferramenta de planejamento em seus próprios países, visando resultados homogêneos para a ocupação das cidades onde intervinham, com sérias implicações sobre a forma de vida e a integração da população não-branca no espaço urbano.

**Palavras chave:** Urbanismo em São Paulo, Segregação e Privilégio, Anhaia Mello

#### Referências:

Feldman, Sarah. 2005. **Planejamento e Zoneamento**. São Paulo (1947-1972). São Paulo: Edusp/FAPESP.

França, Danilo S. N. 2015. “Desigualdades e segregação residencial por raça e classe”. In: MARQUES, Eduardo (org.) **A Metrópole de São Paulo no século XXI: espaços, heterogeneidades e desigualdades**. 1 ed. São Paulo: Editora Unesp.

Mancuso, F. **Las experiencias del zoning**. Barcelona: Gustavo Gili, 1978.

Mello, Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia. jun. 1927. Problemas de urbanismo: mais uma contribuição para o calçamento. **Revista Politécnica**, São Paulo, n.83, p.343-65.

\_\_\_\_\_ nov. de 1928a. **Urbanismo. Boletim do Instituto de Engenharia**. São Paulo, n. 42, , 235-40.

\_\_\_\_\_ 1928b. “A Cidade, Problema de Governo”, **Boletim do Instituto de Engenharia**, São Paulo, dezembro, nº 43, pp. 278-287

\_\_\_\_\_ agosto de 1929a. A Verdadeira Finalidade do Urbanismo. **Boletim do Instituto de Engenharia**, n.51, p.106-12, São Paulo.

\_\_\_\_\_ 1929b “Problemas de Urbanismo - Bases para a resolução do problema tecnico”. São Paulo. **Boletim do Instituto de Engenharia de São Paulo**.

\_\_\_\_\_ maio de 1929c Urbanismo: Os problemas sociais e econômicos da lei. Por Roscoe Pound, decano da Faculdade de Direito da Universidade de Harvard. Resumo e tradução pelo eng. arquiteto Luiz de ANHAIA MELLO. **Boletim do Instituto de Engenharia**. São Paulo, p.235-38.

\_\_\_\_\_ maio-junho de 1932. A Econômica da Terra. **Revista Polytechnica**. São Paulo.nº105, pp.235-241

\_\_\_\_\_ janeiro-fevereiro de 1933. A Econômica da Terra (continuação). **Revista Polytechnica**. São Paulo.nº107, pp.419-433

\_\_\_\_\_ 1952. **O Urbanismo...** Ésse Desconhecido. Palestra proferida na noite de 8 de Novembro de 1951, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, sob o patrocínio da Sociedade Amigos da Cidade. São Paulo: Edições da Sociedade Amigos da Cidade.

\_\_\_\_\_ 1954. **O Plano Regional de São Paulo:** Uma contribuição da Universidade para o estudo de 'um código de ocupação lícita do solo'. mimeo. São Paulo.

Memphis City Plan Commission. (1924). **A Comprehensive Plan**.

Nery Jr., José Marinho (2002) **Um Século de Política Para Poucos: O Zoneamento Paulistano 1886-1986** São Paulo: FAUUSP (doutorado).

Osello, Marcos A. (1983) **Planejamento Urbano em São Paulo (1899-1961)**, Dissertação de Mestrado, São Paulo, FGV

Rolnik, Raquel. **A cidade e a lei:** legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. 3ª ed. São Paulo: Studio Nobel (Coleção cidade aberta): FAPESP, 1997.

Somech, Nadia. 1987 **A (des)verticalização de São Paulo**. São Paulo: FAUUSP (dissertação de mestrado), 1987.

Silver, Christopher e Moeser, John. 1995. **The Separate City. Black Communities in the Urban South, 1940-1968**. The University Press of Kentucky.

Silver, Christopher. 1992. **The racial origins of zoning:** Southern cities from 1910-1940.

## **PALESTRA 02 - DIMENSÕES RACIAIS DA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO URBANO: COLÔNIAS E QUILOMBOS**

**Prof Dr Carlos Henrique Magalhães de Lima (PPG-FAU UnB)**

Propõe-se abordar aqui, a partir de uma perspectiva urbanística, a constituição e efeitos das colônias agrícolas nacionais e as concepções de comunidades quilombolas e movimentos de luta pela terra. A partir dos anos 1930, as colônias agrícolas se configuram dispostas importantes para ocupação territorial, assimilação da mão-de-obra de migrantes, adensamentos de núcleos urbanos e construção de cidades novas (COSTA, 2021). A Lei de criação das Colônias Agrícolas Nacionais estava diretamente relacionada à preparação de territórios ermos para que pudessem ser transformados em polos de abastecimento para áreas mais adensadas. (COSTA; TREVISAN, 2019). Durante a construção de Brasília as colônias eram voltadas essencialmente ao abastecimento da cidade,

mas isso mudou desde os anos 1970 com a consolidação de espaços aglutinados pela mancha metropolitana – o que culmina com o avanço de áreas de urbanização desordenada nesses territórios agrícolas originários, modelo de relação com a terra reforça ciclos de urbanização colonizadora amparados na propriedade (SILVA; FARIAS, 2021). Em contraste, mobilizando fontes de arquivo e elaborações conceituais, propomos que a agência dos povos “afropindorâmicos” (BISPO, 2015) – termo empregado por Nego Bispo para se referir ao coletivo formado descendentes africanos e ameríndios em substituição às designações empregadas no curso da colonização – são potencialmente capazes de alargar horizontes conceituais no âmbito da teoria e da prática urbanística contrário à urbanização colonizadora (AVERMAETE; KARAKAYALI.; von OSTEN, 2010). A experiência “orgânica” e a “biointeratividade” (BISPO, 2015) são termos que apontam para uma concepção de vida em equilíbrio com todas as formas de existência, presentes processos organizativos de aspecto territorial – a exemplo de quilombos e terreiros. A potência empírica da relação afro-pindorâmica com os territórios físico e existencial das cidades, marcada por memórias e modos de subjetivação ancestrais, aponta para horizontes ampliados na direção de práticas urbanísticas mais justas e viáveis, em tempos de acelerada destruição de biomas e das mutações climáticas e ambientais do mundo contemporâneo.

**Palavras-chave:** Brasília, Colônias Agrícolas, Quilombos, urbanística; afro-pindorâmica

### **Referências**

- AVERMAETE, T. et al. **Colonial Modern** Londres: Black Dog Publishing, 2010.
- BISPO, A. **Colonização, quilombos**. Brasília: UnB/INCT, 2015.
- COSTA, L.; TREVISAN, R. Colônias Agrícolas Nacionais. **ARQUISur**, 2019, Belo Horizonte. Anais eletrônicos... Campinas, Galoá, 2019. Disponível <https://bit.ly/3FpBClj>. Acesso 12 dez. 2022.
- SILVA, E.; FARIAS, L. Trajetória socioespacial da colônia agrícola Kanegae, Riacho Fundo I/D. **XIV Encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia**, out. 2021. Acesso 12 dez. 2022.

**PALESTRA 03 - CURITIBA: REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE A CONTRIBUIÇÃO AFRODIASPÓRICA NA CONSTRUÇÃO DA CAPITAL PARANAENSE.**

**Prof. Dr. Murad Jorge Mussi Vaz (DEAAU/UTFPR, MALOCA/UNILA, DALE/UFBA)**

Apesar da constituição plural de nossas cidades, territórios e arquiteturas, ainda são múltiplas as camadas de apagamento e invisibilização das contribuições afrodiáspóricas, pretéritas e contemporâneas, nos campos da arquitetura, da teoria e do planejamento urbano. Curitiba, capital do Estado do Paraná, é emblemática na construção de uma narrativa histórica que oblitera a pluralidade de sua conformação socioespacial, reforçando o não reconhecimento da presença de africanos, escravizados e libertos, que constituíram a base dos sistemas de trocas, tecnologias construtivas, saberes e conhecimentos, e conformações espaciais (MENDONÇA, 2018). Sob a imagem de cidade planejada, com forte apelo a uma suposta qualidade de vida, subjazem violências e apagamentos impetrados em diversas ordens, mas confrontados com formas associativas, resistências e insurgências sob variadas constituições. Propomos aqui, um deslocamento do olhar para o campo das arquiteturas e cidades, cujos estudos ainda precisam ser aprofundados também a partir das escolas de arquitetura e urbanismo, para que essas ausências sejam trazidas ao cerne dos debates que incluem conteúdos afro-brasileiros (RAMOS, 2020). Temos como premissa que, por baixo da imagem construída ao longo dos anos e dos *slogans* fomentados também pelo poder público, para a capital paranaense, há uma efervescência plural na constituição de territórios e lugares, que se transversalizam em múltiplas manifestações. As constituições afrodiáspóricas “marcaram e marcam, de forma irreversível, a nossa formação social, tecnológica, demográfica e cultural” (ANJOS, 2010, p.15) e rompem com a lógica linear e universalizante dos referenciais e teorias urbanas eurocêntricas que balizam nosso pensamento espacial (LARA, 2020; MOASSAB e NAME, 2020; RAMOS, 2020). Ainda que em caráter inicial, a presente pesquisa tem compreendido descobertas e críticas para a construção de outras narrativas sobre o espaço urbano curitibano.

**Palavras-chave:** Espaço urbano, contribuições afro-diaspóricas, ensino de arquitetura e urbanismo, Curitiba.

## Referências

ANJOS, R. A geografia do Brasil africano, o Congo e a Bélgica – uma aproximação. **Tempo - Técnica - Território**, v.1, n.3 (2010), p. 1-27.

LARA, F. Prefácio: por uma teoria da arquitetura decolonizada. MOASSAB, A. e NAME, L. **Por um ensino insurgente em arquitetura e urbanismo**. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2020.

MENDONÇA, J. Escravidão, africanos e afrodescendentes na “cidade mais europeia do Brasil”. **Tempos Históricos**, [S. l.], v. 20, n. 1, pp. 218–240, 2016. Disponível <https://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/view/13138>. Acesso 17 nov. 2022.

MOASSAB, A.; NAME, L. Apresentação. MOASSAB, A. e NAME, L. **Por um ensino insurgente em arquitetura e urbanismo**. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2020..

RAMOS, M.. As lacunas dos estudos afro-brasileiros no ensino de Arquitetura e Urbanismo. MOASSAB, A. e NAME, L. **Por um ensino insurgente em arquitetura e urbanismo**. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2020.

#### **PALESTRA 04- URBANISMO MODERNISTA: FACES DA DOMINAÇÃO COLONIAL EM ANGOLA, CABO VERDE E MOÇAMBIQUE**

**Profa. Dra. Andréia Moassab (CAU/UNILA, PPG PPD/UNILA, MALOCA/UNILA)**

Em um momento de inflexão teórica sobre os rumos do urbanismo do século XXI é fundamental uma revisão crítica do papel de dominação e exclusão exercido pelo urbanismo modernista, sobretudo, na maior parte dos países africanos sob dominação colonial no século passado. O processo de ocupação do território e o planejamento das cidades são indiscerníveis do projeto de dominação colonial, que no continente africano, diferente das Américas, se agudiza no século XX, já sob as rédeas do capitalismo e da extração da mais-valia, com bases profundamente racializadas. Neste contexto, o urbanismo modernista separa física e simbolicamente a cidade “legal/formal” da “ilegal/informal” ou designa os bairros pobres de bairros “problemáticos”, sendo que o rótulo “ilegal/informal/problemático” recai, inequivocadamente, sobre os bairros de população negra. É a partir da ascensão do domínio inglês na geopolítica mundial, a partir do Congresso de Berlim (1885), que tem início uma intensificação na consolidação das cidades portuguesas no continente, cujo ápice de urbanização ocorre nos anos de 1960, com um maior investimento em infraestrutura, como estratégia de conter o avanço dos movimentos nacionais pela independência. Nesse período, com o ingresso de Portugal na ONU (1955), o Estado Novo se obriga a contornar a pressão internacional anticolonial, rebatizando os territórios coloniais, como “Províncias do Ultramar”. No ano seguinte, o Gana é o primeiro país a conquistar sua independência, aumentando a pressão sobre os territórios dominados, quando futuras lideranças dos movimentos nacionais de libertação de Angola, Moçambique e Cabo Verde começam a se organizar. O governo ditatorial metropolitano, então, aumenta os investimentos nestes territórios, inclusive com afluxo de colonos portugueses, ampliando as cidades e legitimando “o Império Português de Salazar nas “Províncias do Ultramar”” (VERÍSSIMO, 2022). Na África do Sul, o apartheid (1948-1994) é acompanhado pelos princípios do “white urbanism”, um esquema em retícula para permitir o controle das populações negras. Por sua vez, as colônias portuguesas viviam sob o “mito multirracial”, como bem denunciou Amílcar Cabral (1978), que escamoteava o racismo que lhes era fundante. Destarte, ainda que não oficialmente, o urbanismo do ultramar, de base modernista, ao fim e ao cabo, concerne a um “urbanismo das cidades brancas”, tanto em Angola quanto em Moçambique e Cabo Verde. Havia uma diferença brutal de urbanização entre as áreas ocupadas pela crescente população branca e pelas populações negras (DA FONTE, 2007; VERÍSSIMO, 2022; MOASSAB, 2013). Nos três países, a visão higienista é dominante: afasta-se o bairro de

população negra, que é também a população pobre, das zonas brancas da cidade, melhor infraestruturadas. O “apartheid territorial” foi bem efetivado, mesmo sem a sua formalização, como aconteceu na África do Sul. Depois de quase cinco décadas de independência, persiste o discurso e ainda vigoram ações sobre o território pautadas pelo mesmo modelo. Em outras palavras, o urbanismo modernista no continente africano esteve a serviço da dominação colonial, e, invariavelmente, preparou o terreno para o avanço do capital especulativo na atualidade, assente numa violenta segregação socioespacial e racial, sob os auspícios da urbanização neoliberal.

**Palavras chave:** Urbanismo modernista, urbanismo colonial, cidades africanas

### **Referências**

CABRAL, A. ANDRADE, M. (org). **Obras escolhidas de Amílcar Cabral**. Lisboa: Seara Nova, 1978.

DA FONTE, M. **Urbanismo e Arquitectura em Angola**. Lisboa: UTL, 2007. TD.

MOASSAB, A. Territórios Fragmentados. **Revista da UFMG**, v. 20, p. 191-211, 2013.

VERÍSSIMO, C. A importância do espaço exterior doméstico para um modelo ecossocialista a partir do Dondo, Moçambique. MOASSAB, A; BERTHET, M. **Territórios, cidades e identidades africanas em movimento**. Foz do Iguaçu: Edunila, 2022 pp. 80-103.